

A representação do espaço em Arqueologia e Arquitetura

Leandro Surya*
Mércia Carréra**

Resumo

A ideia condutora deste trabalho é estabelecer as relações entre as disciplinas de Arqueologia e Arquitetura. Não num sentido estrito, mas numa perspectiva pessoal e íntima. É destrinchar o entendimento arquitetônico apreendido de maneira indireta e, principalmente, por força da paixão ao estudo do espaço e das maneiras de se apropriar ontem e hoje. Para tal, foram buscadas as interrelações entre os estudos espaciais arqueológicos de diversos períodos e as implicações para possíveis interpretações arquitetônicas, visando destacar o grande potencial interdisciplinar das duas áreas em estudo.

Palavras-chaves: Arqueologia Arquitetura Interrelações.

Abstract

The guiding idea of this work is to establish the relationship between the disciplines of archeology and architecture. Not in a strict sense, but rather a personal and intimate perspective. It unravel the seized architectural understanding indirectly and mainly by force of passion to the study of space and ways of appropriating yesterday and today. For such was sought interrelationships between spatial archaeological studies of various periods and their possible implications for architectural interpretations, aiming to highlight the great potential of interdisciplinary study in two areas.

Keywords: Archeology; Architecture; Interrelationships.

Introdução

O espaço é a categoria de estudo mais importante da Arqueologia e da Arquitetura. O espaço não é apenas o elemento físico contido nas coordenadas x, y e z. É mais que simplesmente o construído ou edificado em si. Nesse se inclui a paisagem, com serras, rios, montanhas, e tudo mais que é manejado pela mão humana. Acrescentem-se ainda as crenças, mitos lendas e o que mais possa ser inserido dentro do plano mental.

O espaço é uma unidade conceitual extremamente dinâmica, podendo compreender a cultura de uma sociedade, o modo de fazer e viver. A partir dessa categoria, temos a possibilidade de caracterizar os universos material e imaterial, as crenças, as tradições, os mundos espirituais. E, a

* Professor Adjunto do Colegiado de Arqueologia e Preservação Patrimonial da Universidade Federal do Vale do São Francisco.

** Coordenador do Curso de Arquitetura da Faculdade Damas da Instrução Cristã.

partir daí, é possível compreender as relações sociais. Além disso, permite perceber a maneira como os povos lidavam com o meio ambiente, como conseguiam as matérias-primas, como transformavam e modelavam o entorno e a própria paisagem.

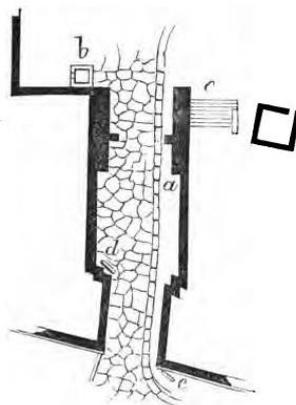
O arqueólogo estuda o espaço, analisa o modo de vida passado, por meio das evidências que perduraram no tempo e das relações entre as mesmas. O estudo das relações espaciais é, portanto, o elemento vital desta disciplina.

Conceber o espaço é a principal função do arquiteto, seja para habitar, trafegar, trabalhar, viver. O ato de planejar ambientes, projetar edificações, áreas urbanas ou cidades é conceituar o que deverá nos circundar. É lidar com todos os elementos sensoriais humanos e tomar decisões permeando a espacialidade em sentido mais amplo. O arquiteto deveria compreender os anseios de seu tempo e transformá-los na melhor maneira que compreender. Essa forma não é, necessariamente, a mais funcional, mas pode ser a mais bela, a mais prática ou a que menos intervém no meio. Tudo depende da forma de pensar de quem arquiteta.

O espaço nas pesquisas arqueológicas

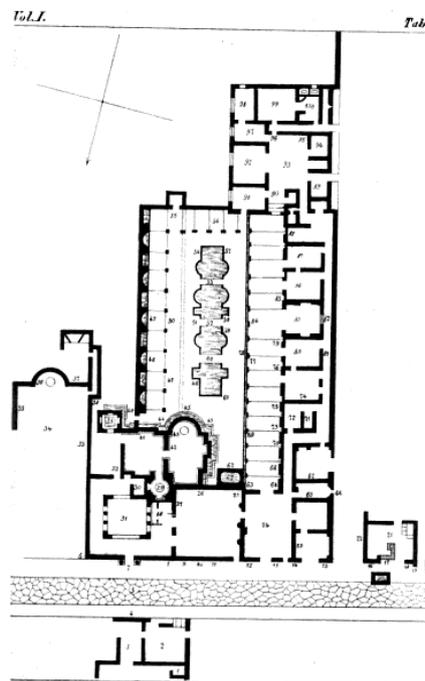
O estudo do espaço sempre esteve presente nas questões da Arqueologia. Desde o movimento antiquarista europeu do século XVIII, quando foram colecionados artefatos produzidos nos quatro cantos do mundo, houve a necessidade de se saber, mesmo que de forma quase fantasiosa, a origem dos objetos, e, num sentido mais sensorial, sua função, sua história e sua cronologia. Com o passar dos anos, os arqueólogos começaram a prestar mais atenção não apenas aos artefatos (sempre destacados em função da estética), mas ao meio que o cercavam, ou seja, a paisagem em si. Em escavações, como as de Pompéia e Herculano, sob a direção de Fiorelli (1823–1896), todo o espaço da cidade passa a ser catalogado, utilizando inclusive a mão de obra de arquitetos e mestres em construção para a confecção de plantas e detalhamento das edificações. A Figura 1 exemplifica o cuidado e o refinamento dos trabalhos de Fiorelli (1875) ao retratar os espaços construídos.

Figura 1: Detalhe de calçamento de uma via em Pompéia. Destaca-se o cuidado na representação do padrão do calçamento da via.



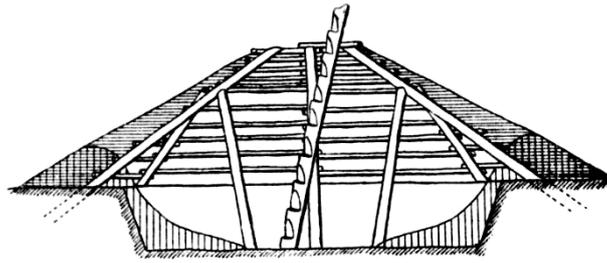
Na figura 2, a apropriação das técnicas de registro típicas da Arquitetura já eram comuns aos trabalhos arqueológicos do final do século XIX. A planta de uma edificação pompeiana registrada nas escavações de Fiorelli (1860).

Figura 2: Planta de uma edificação em Pompéia.



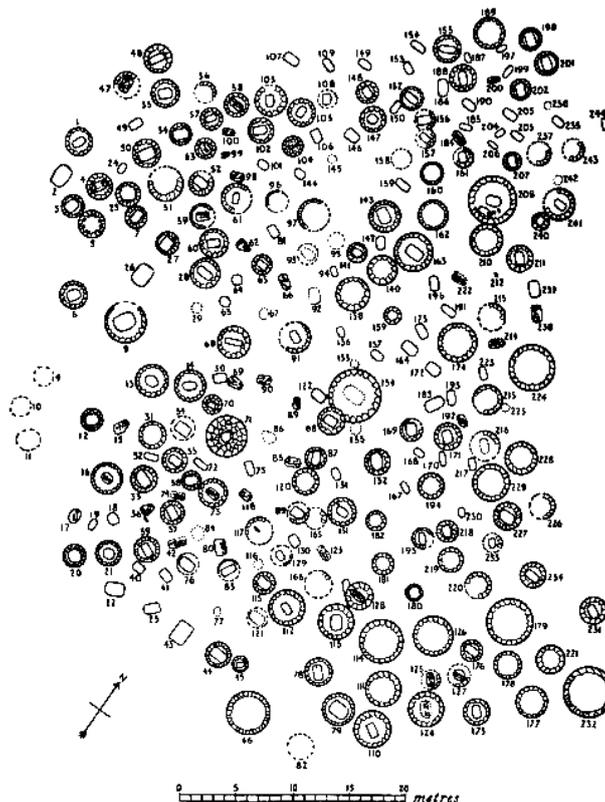
Nas pesquisas arqueológicas, o conceito de espaço foi se tornando mais complexo e abstrato, transpassando, no início do século XX, os registros meramente formais para tecer conjecturas, usos e apropriações. As pesquisas de Smith (1913) representam as tentativas de interpretação ao estudar os processos de decomposição de um tipo peculiar de habitação "a casa semissubterrânea" adaptada para o inverno. Esse tipo de edificação foi utilizado por povos nativo-americanos de populações que ocuparam o atual território da Columbia Britânica. Na figura 3, as hachuras horizontais representam os sedimentos que pertenciam à antiga cobertura da casa. As hachuras verticais, por sua vez, representam os mesmos sedimentos após a casa ruir. É de bom tom lembrar que os arqueólogos em campo encontrariam, na maioria das vezes, uma leve declividade e, apenas com o olhar bem treinado, conseguiriam identificar tais tipos de evidências.

Figura 3: Secção hipotética de uma casa semi-subterrânea de inverno.



Apesar de mudanças, ainda era comum, no início do século XX, registros que pecavam por falta de detalhes referentes ao espaço propriamente dito. Na figura 4, todas as urnas identificadas durante a escavação foram registradas de maneira fidedigna. No entanto, os outros elementos espaciais referentes ao sítio arqueológico foram totalmente omitidos. Esse tipo de registro, no qual é selecionado apenas algum tipo de evidência, não é incorretos, apenas incompleto, principalmente se esse for o único registro da escavação. Ainda hoje, é comum encontrar, nas publicações, trabalhos que pecam nesse aspecto. A figura representa um sítio riquíssimo do ponto de vista de evidências. Na obra original (GRIFFITH:1908), é possível ver as fotografias e listas de artefatos coletados, o que facilita em muito o entendimento do uso de um espaço funerário.

Figura 4: O cemitério do grupo-C em Faras, Núbia



No entanto, novas perspectivas conduziam os arqueólogos a utilizar um registro espacial cada vez mais cuidadoso. Como Trigger (2006) destacou, o período é marcado pelo que os historiadores denominam de Historicismo-Classificatório, ou comumente conhecido Histórico-Culturalismo. A ideia defendida é que as evidências recolhidas pelos arqueólogos “correspondessem” fielmente às manifestações materiais de povos específicos, permitindo, assim, a distinção étnica de grupos, as migrações e contatos no passado. O processo conhecido como difusionismo cultural era o mecanismo pelo qual ocorriam as modificações e transformações das diferentes culturas. Baseava-se, principalmente, na noção de mudanças resultantes da troca de materiais e ideias de uma zona de criação - onde ocorreu uma invenção (core zone) - para áreas periféricas. A sistematização do difusionismo linear, típico da primeira metade do século XX, pode ser entendido dessa forma. À medida que se distancia da Zona de criação, as características principais de uma invenção qualquer, como um tipo de cerâmica, passam por processos de degeneração. Quanto mais longe da Zona de criação, maiores as diferenças de um tipo de atributo. A decoração de um tipo de vaso, por exemplo, ao ser copiada por diferentes povos, ia se alterando até o ponto de se tornar uma peça completamente irreconhecível frente à original presente na zona de criação.

Os trabalhos de Ratzel e, depois, Boas foram essenciais para, mais tarde, enfatizarem as conhecidas “áreas culturais”, nas quais se buscavam persistências temporais: - tradições; e espaciais: fases; de elementos materiais caracterizadores de complexos homogêneos de uma cultura identificada. Esses complexos eram baseados em listas de atributos tipológicos classificatórios cuidadosamente plotados em mapas de dispersões que permitiam visualizar a extensão da área cultural e suas relações.

Na década de 1940, o modelo difusionista sofre severas críticas e é deixado de lado pela maioria dos pesquisadores. Novos modelos interpretativos baseados numa proposta “ecológica” ganham fôlego, principalmente nas pesquisas de Steward (1938, 1941, 1943), e, posteriormente, na obra de Willey (1966, 1971). Os mapas arqueológicos da época trataram de escalas regionais, expressando o propósito de estudar adaptações do social e as relações entre ocupações e o contexto ambiental.

Wheatley e Gillings (2002) destacaram que, nos estudos desse período, a principal técnica utilizada para explorar e interpretar a componente espacial dos registros arqueológicos era intuitiva, ou seja, o simples exame visual de mapas de distribuição. Nos mapas, a posição relativa de cada evidência era representada por símbolos dispersos sobre uma superfície plana bidimensional. As informações e processos obtidos a partir daí, entretanto, tornam-se muito restritas por estarem atreladas à procura de similaridades, tendências e diferenças.

Novas influências modificaram profundamente a disciplina a partir da segunda metade do século XX, marcadamente refletindo questões amplas como a Guerra Fria, as revoluções sociais e as lutas das mulheres no movimentos feministas.

A representação do espaço – a interdisciplinariedade, *New Archaeology* e *Spatial Turn*

Na década de 1960, eclodem revoluções sociais e culturais por todo o mundo. [No meio acadêmico não foi diferente. Os arqueólogos mobilizaram-se num movimento conhecido por Nova Arqueologia e que, mais tarde, ficou conhecido por Processualismo. Neste ocorreu uma aproximação com as ideias do Círculo de Viena, principalmente com as do filósofo Carl Hempel e do Positivismo Lógico. Na prática, isso significou a adoção do método hipotético dedutivo e de princípios comuns a outras ciências na busca de leis gerais do conhecimento.

As décadas de 1960 e 1970 são marcadas pelo aumento na complexidade das pesquisas. Diversos pontos de vista amadurecem influenciados por outras ciências, modificando, assim, o panorama do conhecimento arqueológico. Estudos sobre o paleoambiente, envolvendo a identificação de espécies de plantas, e sobre o paleoclima (MacNeish, 1964, 1967; Flannery, 1973, 1986) melhoram consideravelmente o entendimento do registro arqueológico. A necessidade de representação do espaço passa a incluir novos elementos como entornos dos sítios, campos e áreas de produção. Foi nesta época que os arqueólogos reconheceram que os padrões observáveis em mapas poderiam ser mais que apenas dados descritivos. Passaram a servir de base para explicar o comportamento humano e suas relações com o ambiente natural.

Na década de 1980, a influência da Geografia cresceu no meio arqueológico, principalmente por conta dos efeitos do movimento conhecido como *Spatial Turn* (Blake, 2007). A época foi caracterizada pelo advento da pós modernidade na academia, momento em que uma “crise” das grandes explanações se deflagrou, abrindo margem para a valorização do experimentalismo e da subjetividade. Em termos de representação do espaço, a Geografia Humana contribuiu para levar os arqueólogos a se libertarem das amarras de uma visão cientificista do processualismo, sem com isto perder noções quantitativas.

Na fase chamada de Pós-Processualismo, principalmente na vertente de Levi-Strauss, a linguística e a semiótica irão trazer fortes contribuições para a arqueologia, ampliando o debate não só em termos conceituais, mas nos aspectos metodológicos e técnicos.

Considerações finais

A representação do espaço em Arqueologia sempre esteve muito próxima das concepções da própria Arquitetura. O instrumental técnico de levantamento de campo, por meio dos aparelhos topográficos (nível, teodolito e estação total), é utilizado pelas duas áreas. O desenho técnico arquitetônico é usado também em ambos os saberes. Em termos de softwares computacionais, as ferramentas do tipo CAD e diversos outros programas de representação 3D e modelagem de terreno são comuns.

Com o desenvolvimento da Arqueologia novos elementos passam a atuar e perspectivas quantitativas e científicas começam a ser empregadas no estudo do espaço. Essas transformações no modo de trabalhar a Arqueologia podem ser relacionadas temporalmente com os diferentes objetos de pesquisa. Durante a fase pioneira da disciplina até o Histórico-Culturalismo, o domínio do artefato é marcante. No processualismo, o contexto do sítio se destaca na interpretação dos

arqueólogos. Na fase Pós-processual, os limites do sítio se ampliam de forma que a própria paisagem passa a fazer parte do sítio. Os rios, as plantas, montanhas, tudo é utilizado na compreensão do espaço passado. E, nos dias atuais, novas formas de ler a paisagem surgem, mostrando-se como frutos de experiências descoloniais e da presença de novos atores na produção do conhecimento.

A análise ressalta, portanto, que a descontinuidade aparente da relação entre Arqueologia e Arquitetura é falha. Novos elementos surgem, diariamente, na perspectiva do pensamento arqueológico. Arquitetar o espaço passado continua sendo a base do fazer do arqueólogo e suas relações são muito mais que apenas técnicas. São convergentes em diversos aspectos, incluindo os que tangem o patrimônio e sua preservação.

Referências Bibliográficas

BLAKE, E. Space, Spatiality, and Archaeology, In: MESKELL, L.; PREUCEL R. W. (Ed.). A COMPANION TO SOCIAL ARCHAEOLOGY, Blackwell Publishing, 2007.

FIORELLI, G. Pompeianarum antiquitatum historia, Volume 1, Napoli: Edit. Prid. Kal. Decembris, 1860.

FIORELLI, G. Descrizione di Pompei, Napoli: Tipografia Italiana (Liceo V. E. al Mercatello), 1875.

FLANNERY, K. V. The origins of agriculture. Annual Review of Anthropology, 2, 271–310, 1973.

FLANNERY, K. V. (Ed.). (1986). Guilá Naquitz. Archaic foraging and early agriculture in Oaxaca, Mexico. Orlando, FL: Academic Press.

GRIFFITH, F. LI. Oxford Excavations in Nubia in: Annals of Archaeology and Anthropology by University of Liverpool Institute of Archaeology, Liverpool: University Press of Liverpool, 1908.

MaCNEISH, Richard S., Jean Brunet, and James E. Anderson. The Prehistory of the Tehuacan Valley: Environment and Subsistence. University of Texas Press, 1967.

MacNEISH, Richard S. "origins of New World civilization." Scientific American, 1964.

TRIGGER, B. A History of Archaeological Thought, London: Cambridge University Press, 2006.

SMITH, Harlan I. the archaeological collection from the southern interior of British Columbia, Ottawa: Government Printing Bureau, 1913.

STEWART, J. Ecological aspects of southwestern society, Anthropos 32:87-104, 1938.

STEWART, J. Basin Plateau Aboriginal Sociopolitical Groups, Bureau of American Ethnology, Bulletin 120, 1941.

STEWART, J. Determinism in primitive society?, Scientific Monthly 53:491-501, 1943.

WILLEY, G.; SABLOFF, J. An Introduction to American Archaeology, North and Middle America, vol. 1, Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1966.

WILLEY, G.; SABLOFF, J. An Introduction to American Archaeology, South America, vol. 2, Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1971.

WHEATLEY, D.; GILLINGS, M. Spatial technology and Archaeology - the archaeological applications of GIS, London: Taylor and Francis, 2002.